

A PERDA DA IDENTIDADE DOS ALUNOS E PROFISSIONAIS COM O "FECHAMENTO" DA ESCOLA ESTADUAL NOVA CHANCE

Maria Conceição Cerqueira Caldas Oliveira¹

RESUMO: Tratar sobre A PERDA DA IDENTIDADE DOS ALUNOS E PROFISSIONAIS COM O "FECHAMENTO" DA ESCOLA ESTADUAL NOVA CHANCE, após uma construção de regras e formação de um perfil profissional para atender aos privados de liberdade em Mato Grosso ao longo de 10 anos e com a implantação de um sistema com alunos alocando em escolas; com o fechamento da Escola Estadual Nova Chance de forma abrupta e arbitrária pelo governo de estado sem nenhum diálogo com os profissionais, alunos e demais protagonista deste processo, que neste caso envolve duas Secretarias (Secretaria de Educação e Secretaria de Segurança Pública) de Estado. Faz repensar O caminho percorrido na formação do professor no Brasil, Mostra através de uma análise retrospectiva histórica legal, o espaço pedagógico dependente da legislação educacional, e os processos de formação dos professores. A Escola Estadual Nova foi constituída e por durante dez anos, atribuí uma grande expectativa à educação escolar para os privados de liberdade no sentido de reconhecer um direito como meio de democratizar os saberes, a fim de garantir a formação de indivíduos capazes de intervir na realidade onde estão. Compreendida a função da escola, busca-se entender de que forma ela poderá contribuir para que seus alunos possam participar das decisões no âmbito social. Portanto, exigir uma escola que atenda as aspirações do aluno que hoje busca a mesma há que se pensar na formação do profissional que atua nestas instituições. A formação do atual aluno implica que a escola busque suporte para proporcionar a formação de seus educandos. Mais ainda, há muito a ser transformado, pois é preciso compreender a realidade para que se possa encontrar possibilidades para as escolas realizarem seu papel. Da mesma forma que a sociedade exige pessoas críticas, autônomas e responsáveis, as escolas necessitam de profissionais que hajam de forma comprometida e competente. Assim a ação pedagógica não será responsabilidade apenas de alguns, mas de todos, pois é a partir da compreensão da realidade escolar, que se entra em sintonia com toda a sociedade para que juntos formem indivíduos conscientes e conhecedores da realidade onde vivem. Pensando na função social da Educação como um sistema macro veiculador de ideias e no valor formativo e simbólico que a instituição escolar sempre representou para a sociedade brasileira, e ainda, no ideal dialético, pois a dialética também é uma maneira de filosofar conceitos debatidos ao longo de décadas, além de sociointeracionista e sócio-histórico que regem a escola contemporânea, abarcando a seriedade do papel da educação no desenvolvimento dos seres humanos, fundamentada na formação irrestrita das pessoas que formam uma sociedade; assim, torna-se foco e ilimitadamente importante o contexto social e as relações estabelecidas entre as partes de atuação e de interesse no ambiente de vivência da Escola Estadual Nova Chance, principalmente, por tratar diretamente com alunos (as) em situação de privação de liberdade, e por esse motivo, a fim de se efetivar a formação do aprendiz na comunidade escolar, interna, dentro das cadeias públicas e penitenciárias que possuem salas de aula no Estado de Mato Grosso, além de praticar da ressocialização para contemplar a cidadania no regresso do aluno à sociedade, é que advém a necessidade da escola em construir o Projeto Político Pedagógico. Concluo que o homem é um ser social que se manifesta no mundo, com outros homens, com a natureza, em sociedade, em constante busca, em um constante aprendizado, que não é estático, que transforma o mundo e é transformado a partir de sua inter-relações, isso se dá a partir da escuta, respeito, construção coletiva e uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Educação. Formação de Professores.

¹Especialista em Educação Integral pela Universidade Federal de Mato-Grosso – UFMT. Graduada em Pedagogia pela Faculdade Integradas Mato-Grossenses de Ciências Sociais e Humanas Especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal de Mato-Grosso – UFMT.

I. INTRODUÇÃO

Com o fechamento da Escola Estadual Nova Chance de forma abrupta e arbitrária pelo governo de estado sem nenhum diálogo com os profissionais, alunos e demais protagonista deste processo, que neste caso envolve duas Secretarias (Secretaria de Educação e Secretaria de Segurança Pública) de Estado.

A Escola Estadual Nova foi constituída e por durante dez anos, atribuí uma grande expectativa à educação escolar para os privados de liberdade no sentido de reconhecer um direito como meio de democratizar os saberes, a fim de garantir a formação de indivíduos capazes de intervir na realidade onde estão. Compreendida a função da escola, busca-se entender de que forma ela poderá contribuir para que seus alunos possam participar das decisões no âmbito social. Portanto, exigir uma escola que atenda as aspirações do aluno que hoje busca a mesma há que se pensar na formação do profissional que atua nestas instituições. A formação do atual aluno implica que a escola busque suporte para proporcionar a formação de seus educandos. Mais ainda, há muito a ser transformado, pois é preciso compreender a realidade para que se possa encontrar possibilidades para as escolas realizarem seu papel. Da mesma forma que a sociedade exige pessoas críticas, autônomas e responsáveis, as escolas necessitam de profissionais que hajam de forma comprometida e competente. Assim a ação pedagógica não será responsabilidade apenas de alguns, mas de todos, pois é a partir da compreensão da realidade escolar, que se entra em sintonia com toda a sociedade para que juntos formem indivíduos conscientes e conhecedores da realidade onde vivem.

2167

Pensando na função social da Educação como um sistema macro veiculador de ideias e no valor formativo e simbólico que a instituição escolar sempre representou para a sociedade brasileira, e ainda, no ideal dialético, pois a dialética também é uma maneira de filosofar conceitos debatidos ao longo de décadas, além de sociointeracionista e sócio-histórico que regem a escola contemporânea, abarcando a seriedade do papel da educação no desenvolvimento dos seres humanos, fundamentada na formação irrestrita das pessoas que formam uma sociedade; assim, torna-se foco e ilimitadamente importante o contexto social e as relações estabelecidas entre as partes de atuação e de interesse no ambiente de vivência da Escola Estadual Nova Chance, principalmente, por tratar diretamente com alunos (as) em situação de privação de liberdade, e por esse motivo, a fim de se efetivar a formação do aprendiz na comunidade escolar, interna, dentro das cadeias públicas e

penitenciárias que possuem salas de aula no Estado de Mato Grosso, além de praticar da ressocialização para contemplar a cidadania no regresso do aluno à sociedade, é que advém a necessidade da escola em construir o Projeto Político Pedagógico.

Neste contexto, tornou-se necessário estabelecer elos com o contexto histórico-político-econômico e social para uma maior compreensão dos fatos e entender a formação desse profissional na sociedade. No âmbito das novas exigências do mundo contemporâneo fundamentei os estudos nas ações reflexivas propostas por Schon (2000) aliada a construção do desenvolvimento proferido por Nóvoa (1995), dentre outros. Aponto a necessidade de a formação do professor ser capaz de formar profissionais reflexivos, que estejam de acordo com as novas necessidades do homem e do mundo no Século XXI. Considerando que o homem é um ser social que se manifesta no mundo, com outros homens, com a natureza, em sociedade, em constante busca, em um constante aprendizado, que não é estático, que transforma o mundo e é transformado a partir das suas interpretações.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. O caminho percorrido pela Escola Estadual Nova Chance

2168

Para situar a história atual da Escola Estadual Nova Chance através do tempo, é necessário compreender como a história da educação em prisões no Estado de Mato Grosso aconteceu. Esse fato se inicia com um ato adjacente entre o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Governo do Estado, juntamente a SEJUSP dentro das unidades prisionais Unidades Prisionais por volta do ano de 2000. Nessa data a “Casa do Albergado da Morada do Ouro”, conhecida como CRC - Centro de Ressocialização de Cuiabá (antigo Presídio do Carumbé) e a Unidade Prisional Regional “Major Eldo Sá Correa” em Rondonópolis/MT, conhecida como “Mata Grande”, juntaram-se ao Ministério da Educação para firmar parceria e desenvolverem um Projeto intitulado “Por um Brasil Alfabetizado”, com a efetivação do projeto foram alfabetizados 1.976 jovens e adultos privados de liberdade aproximadamente entre 2000 a 2010.

Entre esses anos de atuação em projetos de parceria entre SEJUSP e SEDUC, surge em 2003, na Unidade Prisional Regional Feminina “Ana Maria do Couto”, conhecida como “MAY”, o início do Projeto Educacional no sistema prisional em Cuiabá, conseqüentemente surgiram outros como o “Projeto Aprendizagem por Imagem”, logo

após o “Projeto Aprendizagem”, ambos em parceria entre a SEJUSP e SEDUC/MT. Em 2005, surge o Protocolo de Intenções entre os Ministérios da Justiça e Educação com o desígnio de unir intenções para construção de uma política nacional de educação para jovens e adultos em privação de liberdade, tendo como finalidade principal a união dos órgãos responsáveis pela educação e pela gerência penitenciária, assim como aparelhar os diferentes agentes operacionais, que atuam no cumprimento direto do parecer a ser impetrado, onde regeria regras para agentes, gestores penitenciários e professores.

Baseados nesse entendimento, estruturar uma política conjunta entre SEDUC/MT e SEJUSP/MT, na época, demandava inúmeras atividades ao longo do ano de 2006, entre elas encontramos:

a) Resoluções do “Programa Brasil Alfabetizado”, inserindo o indivíduo preso (aluno) como parte do acolhimento distinto dos atos de alfabetização;b) Os tratados com a UNESCO e o Governo do Japão, onde aconteceram cerca de cinco seminários regionais, além do primeiro Seminário Nacional sobre Educação nas Prisões, o que ressoou na projeção da elaboração de uma proposta de Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação no Sistema Penitenciário; c) A demanda de deliberações dos Ministérios em formatar políticas estaduais de educação prisional, o que ocorreria a princípio entre 12 estados conveniados, dos quais o estado de Mato Grosso fez parte para que houvesse os devidos repasses de recursos financeiros para trazer condições de trabalhos melhores e mais humanas de atendimento.

A criminalidade se alastrava rapidamente país adentro, lugares que eram pacatos foram descobertos por um nicho grande de pessoas que se deslocam em trabalhos coletivos nas lavouras e nas várias construções gigantescas espalhadas por este país. Pensando nisso,

o

Ministério da Justiça, em 2007, por meio do seu Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI proporciona ações preventivas, de controle e de coibição da criminalidade, atuando em suas raízes socioculturais, articulando ações de segurança pública com políticas sociais por meio da integração entre União, estados e municípios, atendidas as diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública. Em 2007 aconteceu Seminário “Educando para a Liberdade” e o Decreto que criou a Escola Estadual Nova Chance – Decreto no. 1543 de 28 de agosto de 2008. O PRONASCI propõe o desenvolvimento de políticas para a melhoria do sistema prisional que contemplem a valorização dos profissionais e o apoio a projetos educativos e profissionalizantes para as pessoas com penas restritivas de liberdade e aos egressos do sistema penitenciário. Nesta direção, com a finalidade de avançar na consolidação de uma política nacional de educação de jovens e adultos do sistema penitenciário, evidenciou-se a necessidade de se expandir a interlocução com as unidades da Federação e fortalecer o diálogo com todos os atores envolvidos na efetivação do direito à educação dos jovens e adultos privados de liberdade, tais como Organizações Não Governamentais, universidades, organismos internacionais etc. Assim, foi mantida a estratégia de 2006, com a realização dos três seminários regionais e do Segundo Seminário Nacional Educando para a Liberdade. Contudo, essa opção não implicou a

repetição dos mesmos eixos temáticos discutidos nos seminários do ano anterior – *gestão, formação de profissionais e aspectos pedagógicos* (Plano Estadual de Educação nas Prisões de Mato Grosso - 2014).

Por conhecimento de causa, sabe-se que a efetividade dos atos educativos no contexto penal está amarrada a reestruturação do cumprimento penal, no tangente da declaração de direitos humanos e direitos constitucionais, além da diminuição das vulnerabilidades das pessoas/alunos privados de liberdade, regendo, a ressignificação da gestão penitenciária no estado.

[...] esta nova série de seminários regionais se constituiu como o momento oportuno para discutir – com as unidades da Federação e com a sociedade civil que acumula certa expertise na área – o papel das políticas estaduais de educação prisional nessa busca pela transformação da realidade do sistema penitenciário brasileiro, através da construção de planos estaduais de educação nas prisões. A partir das discussões do Programa Educando para Liberdade, várias ações foram desenvolvidas, assim como uma série de leis e resoluções que orientam estas ações. Entre elas, temos a Resolução Nº 2 de 19 de maio de 2010 que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Nesta Resolução é dado o direcionamento e a responsabilização de cada ente federado e de cada instituição. Orienta o processo de articulação entre as diferentes secretarias e outras instituições. Ainda, determina a implantação de programas de formação continuada para os profissionais que atuam na educação prisional bem como, a implantação de remuneração condizentes com a função. (Plano Estadual de Educação nas Prisões de Mato Grosso - 2014)

2170

Para implantar estes programas às pessoas privadas de liberdade pensou-se no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação que se propõe a modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) e de maneira integrante as esferas federais e estaduais.

É preciso continuar na conjuntura de instituições responsáveis e corresponsáveis nos planos da educação para o sistema prisional para que a realidade dentro de sala de aula seja de qualidade. Para tanto, algumas metodologias a serem discutidas

Para que haja uma mudança de *cultura* e de *pensamento* favorável ao processo de ensino/aprendizagem em todos os seus níveis de ação:1) A integralização das ações políticas e administrativas entre SEDUC, SEJUDH e SETAS para que de fato se realizem todas as ações educacionais, culturais, laborais entre outras com êxito;2) Enfrentamento aos discursos e pensamentos arcaicos de que o sujeito (a) privado (a) de liberdade não seja digno (a) de um tratamento humano como lhes garante a Declaração Universal dos Direitos Humanos;3) Uma gestão de pessoas voltada para as especificidades dos servidores que atuam no contexto penitenciário em comum acordo entre SEJUDH e SEDUC, SME entre outras instituições envolvidas;4) Os aspectos pedagógicos e de formação continuada tanto dos profissionais da educação, quanto dos profissionais do sistema prisional sejam pensados e articulados a partir da própria realidade de cada Unidade Prisional em comum acordo com as instituições envolvidas no processo. (Plano Estadual de Educação nas Prisões de Mato Grosso - 2014).

Esses apontamentos devem ser pilares para que a atuação educacional no contexto prisional no Estado de Mato Grosso obtenha um acréscimo claro, justo e conciso sobre a Política Pública Educacional em Educação de Jovens e Adultos privados de liberdade.

Diante destes conceitos, para se tecer as características iniciais da Escola Estadual Nova Chance é necessário se infiltrar em sua história, onde a mesma se constrói para atender os alunos privados de liberdade no Sistema Prisional do Estado de Mato Grosso na modalidade EJA - Educação de Jovens e Adultos, propondo uma forma de educação com conteúdo crítico e projetos, voltados à realidade do aluno adulto, levando em conta um contexto marcado pelo preconceito e a exclusão social. Nesse caso, é possível prever uma escola plural, que abriga sujeitos de diferentes classes, com diferentes formações, interesses e dificuldades.

Ao propor a modalidade EJA para os alunos na condição de reeducando, a Escola Estadual “Nova Chance” visa propiciar a esses alunos privados de liberdade um ensino condizente com os interesses desse grupo, prevendo que sejam ministradas aulas àqueles que por uma série de razões não encontraram meios para concluí-lo em etapa anterior.

Há, nesse sentido, dois pontos a considerar. O primeiro relaciona-se às expectativas dos alunos jovens e adultos frente aos conteúdos selecionados para sua escolarização, o segundo diz respeito às demandas do mercado de trabalho, que exigem determinados saberes e competências, tendo em vista a urgência de uma mão de obra qualificada. Se essas questões certamente orientam as políticas de ensino, consideremos que ganham maior vulto quando se tem em mente a escolarização de presidiários, que podem encontrar na educação uma das forças que operam no sentido de ruptura com relação aos processos de exclusão e marginalidade. Desse modo, há que se dar atenção especial ao ensino aí ministrado, os objetivos traçados e a coerência desses objetivos com as práticas educativas de fato empreendidas.

A Escola Estadual “Nova Chance” do Sistema Prisional do Estado de Mato Grosso iniciou-se em 2009, numa parceria da Secretaria de Estado de Educação e Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Foi criado pelo Decreto nº 1543/2008. Autorização de funcionamento do Ensino Fundamental EJA- 1º e 2º segmento e Ensino Médio EJA, Resolução nº 447/09, publicada em DOE de 27 de novembro de 2009. Credenciamento 371/2009 publicada em DOE de 27 de novembro de 2009, e mantida pelo Estado e administrada pela Secretaria de Estado de Educação em consonância com as

determinações legais emanadas do Conselho Estadual de Educação e do Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos.

Assim, na perspectiva de formação de um ser humano pensante e ativo, buscamos, nesta escola, garantir a construção de conhecimentos e valores para uma compreensão crítica e transformadora da realidade na qual os alunos estão inseridos.

2.2. Perfil dos profissionais de educação para os privados de liberdade

A Escola Estadual “Nova Chance” foi criada para atender os alunos privados de liberdade do Sistema Prisional do Estado de Mato Grosso na modalidade EJA - Educação de Jovens e Adultos, propondo uma forma de educação com conteúdo críticos, voltados à realidade do aluno adulto, levando em conta um contexto marcado pelo preconceito e exclusão social. Nesse caso, é possível prever uma escola plural, que abriga sujeitos de diferentes classes, com diferentes formações, interesses e dificuldades.

Ao propor a modalidade EJA para os alunos na condição de reeducando, a Escola Estadual “Nova Chance” visa propiciar a esses alunos privados de liberdade um ensino condizente com os interesses desse grupo, prevendo que sejam ministradas aulas àqueles que por uma série de razões não encontraram meios para concluí-lo em etapa anterior.

Há, nesse sentido, dois pontos a considerar. O primeiro relaciona-se às expectativas dos alunos jovens e adultos frente aos conteúdos selecionados para sua escolarização, o segundo diz respeito às demandas do mercado de trabalho, que exigem determinados saberes e competências, tendo em vista a urgência de uma mão de obra qualificada. Se essas questões certamente orientam as políticas de ensino, consideremos que ganham maior vulto quando se tem em mente a escolarização de presidiários, que podem encontrar na educação uma das forças que operam no sentido de ruptura com relação aos processos de exclusão e marginalidade. Desse modo, há que se dar atenção especial ao ensino aí ministrado, os objetivos traçados e a coerência desses objetivos com as práticas educativas de fato empreendidas.

A Escola Estadual “Nova Chance” do Sistema Prisional do Estado de Mato Grosso iniciou-se em 2009, numa parceria da Secretaria de Estado de Educação e Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Foi criado pelo Decreto nº 1543/2008. Autorização de funcionamento do Ensino Fundamental EJA- 1º e 2º segmento e Ensino Médio EJA, Resolução nº 447/09, publicada em DOE de 27 de novembro de 2009.

Credenciamento 371/2009 publicada em DOE de 27 de novembro de 2009, e mantida pelo Estado e administrada pela Secretaria de Estado de Educação em consonância com as determinações legais emanadas do Conselho Estadual de Educação e do Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos.

Assim, na perspectiva de formação de um ser humano pensante e ativo, buscamos, nesta escola, garantir a construção de conhecimentos e valores para uma compreensão crítica e transformadora da realidade na qual os alunos estão inseridos.

Profissionais da Educação/SEDUCMT/EE Nova Chance diretamente envolvidos na oferta, professores graduados, com licenciatura plena e/ou pós-graduação: mestrado e especialização.

Quanto à formação dos profissionais de educação em prisões é de responsabilidade da Coordenadoria de EJA/SUDE/SEDUC, Escola Estadual Nova Chance e dos CEFAPROS – Centro de Formação e Atualização dos Profissionais de Educação do MT, e ocorre nos espaços das salas do educador, nos seminários e encontros de formação, fóruns de debate, etc.

A formação continuada será desenvolvida nos 03 (três) turnos de funcionamento da escola, com 01 (uma) turma por turno, sendo: das 7h e 30 min. às 10h e 30 min., das 14 h às 17h das 18h às 21h, nas quais participarão em conjunto, dos estudos teórico-metodológicos, os Professores, TAEs e AAEs, e da intervenção pedagógica, em turmas separadas.

O desenvolvimento do Projeto de Formação da/na Escola Estadual Nova Chance será realizado em 26 (vinte e seis) encontros com duração de 03 (três) horas e 01 (um) encontro com duração de 02 (duas) horas, totalizando 80 (oitenta) horas, sendo 50 (cinquenta) horas para estudos teórico-metodológicos e 30 (trinta) horas de intervenção pedagógica.

Sobre as orientações do Conselho Nacional de Educação -CNE para a implementação da lei 10.639/2003, que trata do ensino da História, Literatura e Arte para contemplar a Cultura Afro-Brasileira, indígena e mato-grossense no ensino fundamental e médio, estas devem ser trabalhadas nas formações, na sala do educador como tema gerador/transversal. A escola orienta que a lei faça parte de seus planejamentos de ensino, pensando para um futuro próximo (2020) em um único coordenador (pedagogo) para direcionar a sala do educador nos três turnos.

2.3. Fechamento da Escola Nova Chance perde-se a identidade por anos construída pelos professores e alunos

Em uma análise da formação dos educadores no Brasil, como já visto, sempre foi tratado com descaso ou imposição pelos governantes, tendo como principal reflexo a má formação desses profissionais e a falta de uma identidade para eles. A Identidade do professor ou mais propriamente do Pedagogo, estão atreladas várias dificuldades que interferem diretamente no desempenho e criação de sua identidade, tais como baixos salários, deficiência na formação, desvalorização profissional, falta de condições de trabalho, e de profissionalismo, isso tudo recai sobre a inadequada formação acadêmica em outras áreas, ou seja, nem todos os professores são pedagogos. A busca por uma identidade é algo que vem sendo construída gradativamente no transcurso da história da Pedagogia como área do conhecimento, que está entre as Ciências da Educação, que demanda a tarefa de verificar a maneira como acontece essa construção em meio as relações sociais, os valores, formação o profissionalismo, estrutura política, e a valorização do professor.

Enguita define cinco categorias do profissionalismo docente. São elas: competência, licença, vocação, independência e autorregulação. Todas essas categorias colaboram muito na somatória da busca de identidade do professor, pois se lhe faltar um desses atributos, ser professor passa a ser apenas uma mera profissão que visa repassar a informação e não ajuda o aluno a transformar essas informações em conhecimento, deixando o mesmo muitas vezes sedento de saberes (apud. BRZEZINSKI, p.14). Para que o Professor tenha ou descubra essas cinco categorias é necessário que haja uma política pública para a educação de qualidade. Por outro lado, são oportunidades necessárias que mirem exatamente nas deficiências existentes no sistema de ensino tentando sanar as dificuldades existentes.

Torna-se assim necessário estabelecer uma identidade para o educador que segundo Libâneo e Pimenta deve estar voltada para uma proposta de formação de profissionais para atuar na educação. Assim a partir da hora que o acadêmico de Pedagogia passar a ver a necessidade de buscar ser um professor competente irá buscar integralizar suas ideias e pensamentos de modo reflexivo e investigativo na vontade de transformar o sistema educacional a médio e não mais a longo prazo como se vivenciou ao longo da história. Terá que criar ou adaptar teorias que ajudem a melhor ressignificar paradigmas existentes na sociedade não apenas nas instituições públicas como as privadas.

Discute-se hoje muito sobre a formação de professores, haja vista que tanto está presente em toda a legislação como muitos profissionais se dedicam tanto em investigar como propor medidas e propostas para que se ofereçam cursos de formação de docentes que tenham qualidade.

O tema da formação tem despertado o interesse dos profissionais da educação de uma maneira geral, e dos docentes, em particular, uma vez que foram introduzidas profundas modificações na formação e nas exigências legais relativas à titulação dos docentes dos primeiros graus de escolaridade e também alteradas as fontes e as formas de financiamento da remuneração do pessoal do magistério das redes públicas desses graus (ROMÃO, 2001, p. 79).

É importante refletir sobre a sociedade do conhecimento que se traduz por redes, teias, árvores do conhecimento, sem hierarquias, em unidades dinâmicas e criativas, favorecendo a conectividade, o intercâmbio entre instituições e pessoas, articulação, contatos e vínculos, interatividade. Dessa forma a formação continuada necessita de maior integração entre os espaços sociais, pois é fundamental para que o professor adquira novas competências para atuar na sociedade. Hoje a educação deve equipar o aluno para viver melhor na sociedade do conhecimento. A importância de se compartilhar o conhecimento na escola é uma realidade, o que significa que nenhum profissional que se diz comprometido com a formação de um aluno capaz de intervir na realidade deve omitir. Alarcão (2003,p. 31) fala sobre o conhecimento na escola:

O conhecimento está lá, na escola, lugar privilegiado para as iniciações, as sistematizações, o estabelecimento de relações estruturantes, as discussões críticas e as avaliações. [...] no momento do ensino é fundamental para explicar, para revelar a sua evolução histórica e para preparar a sua apreensão crítica (ALARCAO, 2003, p. 31).

Levanta-se o papel do professor reflexivo desde o início do século XX, mais propriamente a expressão professor reflexiva, veio como uma enxurrada no cenário educacional que confundia a muitos, a palavra reflexão enquanto adjetivo e não como atributo dos professores, portanto, é necessário conhecer de onde nasce o conceito de professor reflexivo.

O conceito surge no estado de Massachusetts no Estados Unidos com os estudos de Donald Schön relacionados a reforma curricular nos cursos de formação de profissionais, após todo seu processo de observação ele conclui que o currículo não poderia ser apenas normativo que apresenta a ciência, sua aplicação, depois estágio que deve ser para colocar em pratica o apreendido.

Uma formação teórica sem refletir sobre a experiência vivida não seria a melhor maneira de formar o professor, Schön propõem uma formação baseada na pratica ou seja na valorização pratica profissional como forma de construção de conhecimento, por meio

da reflexão, análise e problematização e o reconhecimento do conhecimento tácito de John Dewey, isso tudo faz com que o professor tenha condições de criar em seu aluno a consciência crítica, na busca para a transformação sócio-cultural-econômica de uma sociedade.

Pimenta e Ghedin (2005, p. 56-57) analisam conceitos de outros autores sobre reflexividade que ajudam na construção de um novo conceito, entre esses autores estão, Pérez Gómez e Dewey:

A reflexividade é capacidade de voltar sobre si mesmo, sobre as construções sociais, sobre intenções, representações e estratégias de intervenção. Supõem a possibilidade, ou melhor, a inevitabilidade de utilizar o conhecimento à medida que vai sendo produzido (PÉREZ GÓMEZ, 1999, p. 29).

O pensamento ou a reflexão [...] é o discernimento da relação entre aquilo que tentamos fazer e o que sucede como consequência. [...] Na descoberta minuciosa das relações entre os nossos atos e o que acontece em consequência delas, surge o elemento intelectual que não se manifesta nas experiências de tentativa e erro (1979, 158).

Pode-se no Brasil ser citados vários métodos para se trabalhar a reflexividade, entre estes estão os de Paulo Freire na proposta através do processo ação-reflexão-ação faz uma análise crítica dos fatos e busca uma consciência política do indivíduo. O método da reflexão fenomenológica este traz toda a ação humana como intencional. O movimento do professor reflexivo que busca uma reflexão crítica sobre a ação do ato de ensinar e a pesquisa colaborativa.

Diante do novo conceito de professor reflexivo gerou um grande fascínio que trouxe com isso alguns conflitos, pois como sempre existem resistências ao novo, o medo de não dar certo, ou que isso vá “dar” trabalho, um dos conflitos levantados foi o de colocar em dúvida a confiança na competência de alguns profissionais, que incorreu num erro de generalizar as situações recorrentes do sistema de ensino, perante o espírito pós-moderno e a valorização da prática, diante de problemas complexos da sociedade. Devido o professor não ter uma formação reflexiva o mesmo se sente diminuído por não conseguir solucionar os conflitos do cotidiano escolar, estes pensamentos ainda estão sendo superados de certa forma pelas universidades e faculdades particulares na busca de formar profissionais críticos reflexivos e que consigam gerir um conceito, baseado na ética e respeito profissional, de seus parceiros, já não, mas visto e se pondo como detentores de saberes. O professor para desenvolver uma prática reflexiva deve utilizar resultados de investigações

educacionais para refletir sobre sua prática, dentro do sistema de ensino-aprendizagem conquistando com isso maior autonomia de sua ação pedagógica. Para Perrenoud:

Apropriar-se de métodos que facilitam a observação, a análise das rotinas e dos problemas, a afinação e experimentação de alternativas, seja de forma singular ou plural, ou seja, individual ou coletivamente ajudam a melhor significativamente a prática do professor (apud GUESTA, 2001, p. 21) .

Para isso o preparo do professor é fundamental, pois a sala de aula é um lugar complexo e de constante transformação por lá passam os mais variados problemas sejam de ordem pessoal, ou de conflitos comportamental do grupo, ou que atinge ao grupo. Assim o professor tem e deve estar preparado para que de alguma maneira possa dar respostas às situações postas por seus alunos, por isso a necessidade de se conhecer e ter conhecimentos que o apoiem em seus enfrentamentos imediatos, pois o conhecimento sedimentado empobrece a reflexão sobre a ação dentro do processo de aprendizagem. As dificuldades do professor podem de alguma forma estar ligadas às inseguranças frente aos problemas, pois o que acontecia alguns anos atrás era o professor receber receitas prontas através de manuais, cartilhas, etc., hoje quando se depara com situações da qual vai ter que resolver, vai ter que estar através de uma prática reflexiva e de busca por mais conhecimentos para resolver os problemas postos pela realidade.

2177

O professor que desenvolve a prática reflexiva desde o início ou durante a sua formação traça um olhar mais direcionado dando maior oportunidade e facilitando a aprendizagem dos alunos. Diminuindo assim o que o aluno faz com mais frequência que é a autodefesa, sobre algo que considera inadequado, ou não conhece, isso o leva a se defender da forma que ele considera mais adequada no momento, seja, através de palavras ou tentar ridicularizar o docente. Neste momento está a melhor hora do docente mostrar de forma sutil sua argumentação bem elaborada sobre sua prática, refletindo sobre o conflito e lançando mão de sugestões de melhora, junto com os alunos, dessa forma conseguirá trazê-los como coautores de uma ação de transformação, “a teoria no auxílio da prática oriunda da reflexão sobre o saber e o fazer docente orienta na escolha da rota mais adequada para o ensino e aprendizagem, possibilitando pensar sobre as razões e as consequências das escolhas pedagógicas” (GUESTA, 2001, p. 25).

A condição reflexiva do docente o leva a desenvolver capacidade de apropriação crítica, a construção de conhecimento pedagógico, por meio do hábito de fazer perguntas reflexivas do ensino que o levem a várias respostas possíveis, que não podem ser deixadas

de lado, sem uma ação concreta por parte do professor reflexivo, e isso causa transformações importantes para a sociedade em geral, Libanêo faz uma reflexão sobre as implicações que uma ação do profissional não capacitado pode dar, diante do ceticismo e o relativismo que o sistema quer impor aos educadores. “[...] É preciso atentar para a inexistência de políticas educacionais sólidas, de posicionamento da nação ante a escola básica, [...] da desqualificação da escola pública, do desprestígio social da profissão de professor” (2002, p. 193).

O profissional da educação, o professor reflexivo deve estar atento, a sua formação continuada e abrangente, deve também estar com igual atenção a todos os chamados que a sociedade faz, na busca da melhoria da qualidade da educação. Estando atendo a isso e sem esquecer sua identidade, e seu papel na sociedade, e principalmente na educação leva-o a sonhar com uma sociedade mais justa e igualitária, com uma educação de qualidade e democrática, que vê para além do ato de ensinar. O professor na Escola Estadual Nova obtinha sua formação através do extinto CEFAPRO/MT, que seus assessores buscavam materiais de apoio para melhoria da educação em prisões, como a educação em prisões ainda não é uma modalidade de ensino o Estado de Mato Grosso a colocou como ensino regular com uma escola em cada município para atender os alunos, isso gerou a perda da identidade do discente e docente, pois os alunos tinham por 10 anos contato com a Escola Nova Chance carga horária remida e encaminhada as unidade penitenciárias, fóruns das comarcas, defensoria pública, e estas escolas receberam esta demanda e não sabiam como lidar com esses alunos, todos os professores em 90% contratos foram trocados, foram colocados nas salas sem nunca ter estado em uma unidade penitenciária, sem nenhuma formação para estarem nas unidades e suas regras de conduta, pelos quais os professores que também eram contratos pela Escola Nova Chance antes de adentrarem qualquer unidade penitenciária, passavam por entrevista com psicólogo, investigação psicossocial da SESP/MT e SEDUC/MT, realizavam um seletivo eram acompanhados de perto por um orientador da escola.

A seguir levantamento de profissionais segundo Projeto Político Pedagógico Escola Estadual Nova Chance.

Em 2014 a escola conta com profissionais qualificados para exercerem suas funções. O corpo docente é constituído de 101 professores sendo 02 efetivos com formação superior possuem título de Mestre e 99 professores interinos.

Em 2018 conta com 01 Direção, 04 coordenadores pedagógicas, 10 orientadores pedagógicos; Técnico administrativo educacional – 06; Apoio administrativo educacional - 04 e o corpo docente são constituídos de 139 professores (destes 06 efetivos e 133 interinos)

Em 2019 conta com 01 Direção, 05 coordenadores pedagógicas, 06 orientadores pedagógicos; Técnico administrativo educacional – 06; Apoio administrativo educacional - 04 e o corpo docente são constituídos de 149 professores (10 efetivos e 139 interinos).

Segundo o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Nova Chance segue abaixo dados estatísticos das Turmas até seu fechamento:

ESTATÍSTICA ANO 2013	
MODALIDADE:	ALUNOS
Ensino Fundamental 1º Segmento – EJA	499 alunos
Ensino Fundamental 2º Segmento – EJA	1.185 alunos
Ensino Médio – EJA	499 alunos
TOTAL	2.183 ALUNOS

ESTATÍSTICA ANO 2014	
MODALIDADE:	ALUNOS
Ensino Fundamental 1º Segmento – EJA	679 alunos
Ensino Fundamental 2º Segmento – EJA	1.478 alunos
Ensino Médio – EJA	752 alunos
TOTAL	2.909 ALUNOS

2179

ESTATÍSTICA ANO 2018				
MODALIDADE:	APROVADO	TRANSFERIDO	CURSANDO	TOTAL
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS - 1º SEGMENTO	18	175	696	889

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS - 2º SEGMENTO	18	405	1641	2064
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) - ENSINO MÉDIO	1	267	759	1.027
TOTAL	37	847	3096	3.980

2180

A Escola teve um aumento significativo em 2014 - 106 turmas matutinas e vespertinas para 2019 - 137 turmas Matutino, vespertino e noturno.

Durante 10 anos a Escola construiu uma confiança com o sistema penitenciário através de seus diretores e para desenvolver ações importantes tais como:

Olimpíada de Matemática - Os alunos desde 2016 do 2º Segmento (6 ao 9 ano) e Ensino Médio da Escola eram inscritos e participavam com outros alunos do Brasil, por vários anos tivemos alunos e alunas realizando a 2ª etapa da olimpíada, e recebendo medalhas de bom desempenho.

FEIRAS DE CIÊNCIAS - Por 3 anos a Escola lançou um desafio de realizar Feiras de Ciências/Conhecimentos em todas as unidades Penitenciárias atendidas geralmente no final do 2º semestre, e os trabalhos desenvolvidos e apresentados foram fantásticos.



Projeto Piloto Merenda Escolar Saudável - feita dentro da unidade Penitenciária Feminina, tudo encaminhado pela escola e a unidade colocou uma merendeira, por seis meses foi desenvolvida esta ação; isso tudo para mostra que é possível ter uma merenda escolar sem ser apenas bolachas e sucos (merenda seca).



CONCLUSÃO

A Escola Estadual Nova foi constituída e por dez anos, atribuí uma grande expectativa à educação escolar para os privados de liberdade no sentido de reconhecer um direito como meio de democratizar os saberes, a fim de garantir a formação de indivíduos capazes de intervir na realidade onde estão. Compreendida a função da escola, busca-se entender de que forma ela poderá contribuir para que seus alunos possam participar das decisões no âmbito social. Portanto, exigir uma escola que atenda as aspirações do aluno que hoje busca a mesma há que se pensar na formação do profissional que atua nestas instituições.

A formação do atual aluno implica que a escola busque suporte para proporcionar a formação de seus educandos. Mais ainda, há muito a ser transformado, pois é preciso compreender a realidade para que se possa encontrar possibilidades para as escolas realizarem seu papel. Da mesma forma que a sociedade exige pessoas críticas, autônomas e responsáveis, as escolas necessitam de profissionais que hajam de forma comprometida e

competente. Assim a ação pedagógica não será responsabilidade apenas de alguns, mas de todos, pois é a partir da compreensão da realidade escolar, que se entra em sintonia com toda a sociedade para que juntos formem indivíduos conscientes e conhecedores da realidade onde vivem.

Pensando na função social da Educação como um sistema macro veiculador de ideias e no valor formativo e simbólico que a instituição escolar sempre representou para a sociedade brasileira, e ainda, no ideal dialético, pois a dialética também é uma maneira de filosofar conceitos debatidos ao longo de décadas, além de sociointeracionista e sócio-histórico que regem a escola contemporânea, abarcando a seriedade do papel da educação no desenvolvimento dos seres humanos, fundamentada na formação irrestrita das pessoas que formam uma sociedade; assim, torna-se foco e ilimitadamente importante o contexto social e as relações estabelecidas entre as partes de atuação e de interesse no ambiente de vivência da Escola Estadual Nova Chance, principalmente, por tratar diretamente com alunos (as) em situação de privação de liberdade, e por esse motivo, a fim de se efetivar a formação do aprendiz na comunidade escolar, interna, dentro das cadeias públicas e penitenciárias que possuem salas de aula no Estado de Mato Grosso, além de praticar da ressocialização para contemplar a cidadania no regresso do aluno à sociedade, é que advém a necessidade da escola em construir o Projeto Político Pedagógico.

Almeja-se a formação de um profissional que tenha domínio de conteúdo, aliado a uma compreensão crítica sobre o que ensina e sobre o que faz. Que conheça as novas tecnologias e se utilize desses conhecimentos em prol de um projeto político de emancipação educacional. Contribuindo assim, para um trabalho coletivo e interdisciplinar na escola, a partir da sua ação política e da sua compreensão das relações entre a sociedade e a escola, portanto que se comprometa com os movimentos sociais e lute por melhores condições de trabalho e por uma remuneração condigna.

No final do ano letivo (dezembro) de 2020, a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso (SEDUC) convoca para uma reunião, a Diretora da Escola, o Secretário Escolar e a Coordenadora Pedagógica, na qual onde foram comunicados que a escola seria fechada e que a educação aos privados de liberdade passaria a ser ministrada em salas anexas de escolas regulares localizadas no entorno das unidades prisionais de cada município; e que haveria a criação de um Núcleo de atendimento do sistema prisional dentro da Seduc para monitorar e gerenciar a educação em prisões.

Com a desarticulação por parte do governo de estado de forma abrupta e arbitrária enfraqueceu os elos já existentes entre os professores que trabalhavam e eram treinados para atuarem no sistema, colocando profissionais que jamais haviam estado em um ambiente penitenciário; sente-se que os alunos que antes entrava em contato com a escola ficaram sem saber o que como fazer.

A PERDA DA IDENTIDADE DOS ALUNOS E PROFISSIONAIS COM O "FECHAMENTO" DA ESCOLA ESTADUAL NOVA CHANCE, após uma construção de regras e formação de um perfil profissional para atender aos privados de liberdade em Mato Grosso ao longo de 10 anos e com a implantação de um sistema com alunos alocando em escolas ; com o fechamento da Escola Estadual Nova Chance de forma abrupta e arbitrária pelo governo de estado sem nenhum diálogo com os profissionais, alunos e demais protagonista deste processo, que neste caso envolve duas Secretarias (Secretaria de Educação e Secretaria de Segurança Pública) de Estado.

Até o presente momento a Escola Estadual Nova Chance não está fechada oficialmente, pois existem regras para se fechar uma unidade escolar e o governo não as seguiu, tudo isso por não termos na federação a Educação em Prisões como uma modalidade de ensino, a luta agora é transformar esta educação e modalidade e pode entrar e sair qual for o governante não terá poder de terminar com esta ação.

REFERENCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Historia da Educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- ALVES, Nilda (Org.). **Formação de Professores: Pensar e Fazer**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- ALARCÃO, Isabel .**Professores Reflexivos em uma escola reflexiva** – 2.ed. – São Paulo, Cortez, 2003 (Coleção Questões da Nossa Época; 103)
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** : Lei 9.394 de 20.12.1996 (Lei Darcy Ribeiro). 2ª ed. Revista – atualizada- ampliada – Bauru, SP: EDIPRO, 2001 – (Série legislação).
- BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, Pedagogos e formação de Professores: Busca e Movimento**. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- CENDALES, Lola e MARIÑO, Germán. **Aprender a pesquisar, pesquisando. Formação Pedagógica**. Coleção Programa Internacional de Formação de Educadores Populares. Ed. Loyola, SP, 2005.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa** - Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder: Introdução à Pedagogia do Conflito**. 10. ed. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1991.

_____. **Perspectivas Atuais da Educação**, São Paulo em Perspectiva - *Print version* ISSN 0102-8839 -São Paulo Perspec. vol.14 no.2 São Paulo Apr./June 2000 - doi: 10.1590/S0102-88392000000200002

GHEDIN, Evandro Luiz. **Professor-reflexivo: da alienação da técnica à autonomia da crítica**. Artigo

GIESTA, Nágila Caporlândia. **Cotidiano escolar e formação reflexiva do professor: moda ou valorização do saber docente?** - 1ª ed. Araraquara: JM, 2001, 224p.

GHIRALDELLI Junior, Paulo. **Historia da Educação. São Paulo** : Cortez, 1994. - 2 ed. Ver. (Coleção magistério 2º grau. Serie formação do professor)

LIBÂNEO, José Carlos e PIMENTA, Selma Garrido - **Formação de profissionais da educação: Visão crítica e perspectiva de mudança**. *Educação&Sociedade* *Print version* ISSN01017330. Educ.Soc. vol.20 n.68 Campinas Dec. 1999. doi: 10.1590/S0101-73301999000300013 www.scielo.br

_____. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?**- São Paulo, Cortez,2002.

_____. **Democratização da Escola Pública: A pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 13. ed. São Paulo: LOYOLA, 1995.

2184

LUZURIAGA, Lorenzo. **Historia da educação e da pedagogia** / Lorenzo Luzuriaga ; tradução e notas de Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. - 19. ed. São Paulo: Companhia Editora nacional, 2001. - (atualidades pedagógicas; v. 59)

NÓVOA, Antônio (Org.). **Os Professores e a sua Formação**. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, Isolina e SERRAZINA, Lurdes. **A reflexão e o professor como investigador**. Artigo

PAQUAY, Léopold; PERRENOUD, Philippe; ALTET, Marguerite; CHARLIER, Évelyne. **Formando Professores Profissionais. Quais as estratégias! Quais competências!** - 2.ed. ver.- Proto Alegre : Artmed Editora, 2001.

PERRENOUD, Philippe. **Dez Novas Competências para Ensinar**; trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PILETTI, Nelson. **Historia da Educação no Brasil**. Ática, 1990.

PIMENTA, Selma Garrido e GHEDIN, Evandro. **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito** - 3. ed.- São Paulo : Cortez, 2005.

_____. **O Estágio na Formação de Professores: Unidade Teoria e prática?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. (Org.). **Didática e formação de professores: Percursos e Perspectivas no Brasil e em Portugal.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. **Temas atuais em Pedagogia Empresarial. Aprender para ser competitivo. Liderança, Motivação, Desempenho, Administração do Tempo.** Rio de Janeiro: Wak, 2006

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **Historia da Educação No Brasil (1930/1973).** 24^a ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 2000.

ROMÃO, José Eustáquio. **Formação de Docentes uma questão sempre presente.** artigo, OUTUBRO, 2001

NOVA CHANCE, Escola. **Projeto Politico Pedagógico,** outubro, 2020.